

NOVO RUMO

Marcos Trad com um pé no DEM

Ministra Tereza Cristina convidou o prefeito para se filiar ao partido a fim de concorrer ao governo

ADILSON TRINDADE

O prefeito de Campo Grande, Marcos Trad (PSD), pode ser o novo reforço do DEM para concorrer à reeleição, em 2020, e ser depois a principal opção do partido para a sucessão estadual, em 2022. As negociações políticas estão sendo conduzidas pela ministra da Agricultura, Tereza Cristina. No último fim de semana, ela se reuniu com prefeito para convidá-lo a cerrar fileiras no DEM.

Marcos Trad ficou de analisar a proposta por estar se sentindo deslocado e isolado depois de perder o controle do PSD para o seu irmão, senador Nelson Trad. Toda a diretoria foi destituída pelo presidente nacional do partido, o ex-ministro Gilberto Kassab, para Nelsin colocar políticos de sua confiança. A primeira “cabeça” a rolar foi a do advogado e presidente regional do PSD, Antônio Lacerda, que é secretário municipal de Governo e um dos principais auxiliares de Marcos Trad.

A eventual filiação de Mar-



Ministra foi disputada por Maia e Temer

A ministra da Agricultura, Tereza Cristina, se filiou ao DEM depois de ser destituída da liderança da bancada do PSB. A filiação dela foi disputada por Rodrigo Maia e pelo então presidente da República, Michel Temer. Ela agradeceu ao convite de Temer para ingressar no MDB e foi para o DEM de Maia.

cos ao DEM poderá distanciar-lo do irmão, Nelson, por disputarem o mesmo espaço político em Mato Grosso do Sul. Hoje, de acordo com comentários de um político ligado aos irmãos, o PSD teria ficado pequeno para os dois.

O senador assumiu a presidência do PSD em Mato Grosso do Sul, depois de deixar o PTB, com a missão de reorganizar o partido e

formar bancada no Senado. Com essa mudança, os dois irmãos poderão disputar o mesmo espaço político no Estado, porque os partidos têm objetivo comum de poder: ganhar as eleições nos principais municípios e conquistar o governo do Estado. E Campo Grande é o alvo preferido dos democratas por ser o maior colégio, com quase 600 mil eleitores.

A ministra Tereza Cristina, uma das lideranças nacionais mais expressivas do DEM, articula pessoalmente o fortalecimento do partido em Mato Grosso do Sul. E a filiação do prefeito de Campo Grande será grande meta da ministra para o projeto do DEM de conquistar o poder.

O Democratas se tornou protagonista na política brasileira com a eleição do deputado Rodrigo Maia (RJ) para a presidência da Câmara dos Deputados e do senador Davi Alcolumbre (AP) para comandar o Senado. Com o comando do Congresso Nacional nas mãos, o projeto político dos democratas é ganhar força política nos esta-



ÁLVARO REZENDE/ARQUIVO

REFORÇO. Marcos Trad foi convidado para se filiar ao DEM

dos com as próximas eleições municipais e estaduais.

O DEM de Mato Grosso do Sul tem dois ministros no governo Bolsonaro. Além de Tereza Cristina, o ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta está no Ministério

da Saúde. O partido conta ainda com o vice-governador Murilo Zauith. Ele também é secretário estadual de Infraestrutura no governo de Reinaldo Azambuja.

Marcos Trad não ficará sem alguém da família por perto

AVALIAÇÃO

100 dias de Azambuja foram de mudanças pontuais no governo

JONES MÁRIO

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) completa hoje 100 dias de seu segundo mandato. Já habituado ao cargo, o tucano promoveu mudanças pontuais na estrutura administrativa antes de acelerar as negociações com setores e deputados a fim de implementar as medidas de interesse do governo.

Chefe do Executivo estadual desde 2015, o próprio Azambuja mostrou surpresa quando questionado sobre a primeira centena de dias do novo mandato. “É um governo de continuidade. Não tem grandes mudanças. A gente tem uma pressa que é nas reformas estruturantes no Estado brasileiro. O que podia ser feito de reformas internas nós já fizemos”, falou.

Depois de promover alterações no primeiro escalão, o governador tratou de anunciar projetos como o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) e a nova regulamentação da atividade

pesqueira no Estado. O primeiro segue na Assembleia Legislativa para apreciação, enquanto o segundo já foi publicado em decreto. Independentemente do trâmite, as medidas centralizaram as discussões em torno do governo neste início de gestão.

O tucano ainda aproveitou os primeiros meses para fortalecer a aproximação com o prefeito de Campo Grande, Marcos Trad (PSD). Apoiado pelo gestor da Capital na campanha para reeleição, Azambuja tem mostrado gratidão e auxiliado para liberar recursos e destravar repasses federais.

A venda da Companhia de Gás do Estado (MSGás) é outra iniciativa que começou a ser concretizada, passados dois anos de arranjos e conversas. A desestatização da empresa ficou mais próxima de ser costurada pelo governo tucano, que se reúne este mês com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para novas definições.

REFORMA ADMINISTRATIVA O primeiro ato da nova era Azambuja à frente do governo estadual é anterior ao início da gestão. Pouco após as festas de Natal de 2018, o mandatário confirmou o que disse após ser reeleito e anunciou novos nomes para o secretariado.

Houve mudança na Secretaria de Estado de Infraestrutura (Seinfra), com a designação do vice-governador Murilo Zauith à vaga do então titular Helianey Paulo da Silva. Já o ex-deputado federal Geraldo Resende foi confirmado como secretário de Estado de Saúde (SES), em substituição a Carlos Coimbra.

Nomes como Eduardo Riedel e Jaime Verruck ganharam continuidade, respectivamente, nas secretarias de Estado de Governo e Gestão Estratégica (Segov) e de Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico, Produção e Agricultura Familiar (Semagro).

As trocas nas cadeiras foram acompanhadas por mudanças também na estrutura

administrativa do governo. Depois de cortar o número de secretarias de 15 para 10 em seu primeiro mandato, Reinaldo Azambuja extinguiu a Secretaria de Estado de Cultura e Cidadania (Secc) no início da nova gestão e passou a ter nove pastas. As competências da antiga Secc e as subsecretarias subordinadas foram absorvidas pela Segov.

O governador ainda reor-

ganizou as nomenclaturas e funções dos cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento, os chamados DCAs. As faixas de valores de salários saltaram de oito para 15, com menor intervalo entre elas. Os DCAs mais altos são dos secretários estaduais, com remuneração de R\$ 28.369,82.

PDV Anunciado como alternativa



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

AVALIAÇÃO. Azambuja promove continuidade do governo

no partido, porque conviverá com o ministro Henrique Mandetta, seu primo.

Pelo PSD, ele disputaria a reeleição com apoio do governador Reinaldo Azambuja e, em 2022, eles ficariam, na teoria, juntos para a sucessão estadual. Marcos Trad, a princípio, seria o candidato a governador e Azambuja disputaria o Senado numa ampla aliança partidária.

No DEM, o partido poderá ter outro projeto político, porque com a eventual renúncia de Azambuja para disputar o Senado, o seu vice, Murilo Zauith, assumirá o cargo com direito de concorrer à reeleição.

Nas eleições de 2018, o DEM se uniu ao PSDB para apoiar a reeleição de Azambuja. Mas ninguém ainda tratou sobre a sucessão estadual com a eventual renúncia do atual governador para disputar o Senado. Murilo até evita falar sobre o assunto. “Não quero saber de falar sobre política nesse momento”, comentou.

para contenção de gastos, o Programa de Desligamento Voluntário (PDV) foi uma das primeiras medidas do segundo mandato de Reinaldo Azambuja. O estudo para implantar o plano começou ainda em dezembro de 2018.

A folha de pagamento dos 75 mil servidores – entre ativos, inativos, pensionistas e estagiários – está em torno de R\$ 470 milhões, próximo do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O Executivo estadual aposta na aprovação do plano para não extrapolar esse teto.

O PDV foi entregue aos deputados estaduais no dia 19 de março e foi aprovado em primeira votação na semana passada. A segunda seria ontem, mas foi adiada após apresentação de uma emenda. Agora, o projeto volta para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de retornar ao plenário.

O programa vai oferecer uma alternativa aos funcionários estaduais insatisfeitos com o serviço público ou que se opõem ao aumento na jornada de trabalho. A partir do dia 1º de julho, os servidores devem passar a cumprir oito horas, duas horas a mais que o expediente atual. (Colaborou Tainá Jara)

Cota zero para pesca divide opiniões

A cota zero para a pesca amadora nos rios de Mato Grosso do Sul foi ventilada ainda no primeiro mês do novo governo Reinaldo Azambuja. A medida dividiu opiniões e motivou protestos. Após embates e negociações, o decreto foi flexibilizado.

A iniciativa da cota zero se baseia em estudo da Semagro, que aponta redução na quantidade de pescado retirado dos rios do Estado. Conforme o levantamento, o volume passou de 1.538 toneladas, em 1999, para 370 toneladas, em 2016.

Com foco na conservação da biodiversidade e na recuperação do estoque pesqueiro, o governo se manifestou em aprovar a cota zero já para a temporada de 2019, que começou em março. Mas a pressão dos pescadores amadores e de empresários do ramo turístico surtiu efeito.

Publicada no dia 22 de fevereiro, a regulamentação da atividade pesqueira no Estado estabeleceu a cota zero somente a partir de 2020. Para a temporada de pesca deste ano, o limite de

captura e transporte de pescado por pescador amador foi fixado em cinco quilos de peixe mais um exemplar de qualquer espécie, além de cinco exemplares de piranha. Antes, era permitida a captura de dez quilos, além de exemplar de qualquer espécie e dos cinco de piranha.

Mesmo mais branda, a regulamentação não agradou a todos. Um projeto de decreto legislativo a fim de suspender o texto editado pelo governo do Estado tramita nas comissões da Assembleia Legislativa. (JM)

Venda da MSGás ganha força neste ano

Discussão que já dura dois anos, a venda da Companhia de Gás do Estado (MSGás) ganhou contornos mais sólidos nos primeiros meses da nova era Azambuja. A desestatização da distribuidora deve ser discutida pelo governo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) este mês.

As empresas que coordena-

nam o modelo de estruturação e desestatização foram contratadas há seis meses. O consórcio liderado pelo Banco Fator com a empresa American Appraisal Serviços de Avaliação Ltda. venceu a licitação para coordenar o processo junto do BNDES.

Havia a expectativa de que a companhia fosse a leilão ainda no segundo semestre do ano passado, mas as con-

tratações só foram efetivadas depois de um ano do término da licitação.

O processo de venda da MSGás é acompanhado pela Secretaria Especial de Parcerias Estratégicas, vinculada à Segov. A empresa é uma sociedade de economia mista, com 51% de ações do governo do Estado e 49% da Petrobras. (JM)